



Brasília | 31 de dezembro de 2015 | número 40

Congresso Nacional de Advogados Trabalhistas - setembro/2014 - I



Advogado Trabalhista assume presidência da OAB/MG

pág 12

ABRAT divulga nota de repúdio a proposta que reduz o orçamento da Justiça do Trabalho

pág 18

Retrospectivas das Associações Estaduais

pág 4

Tese de Doutorado sobre a ABRAT recebe nota máxima com louvor

pág 9

O ano de 2015, iniciou com a expectativa de uma gestão com a participação coletiva; E foi o que ocorreu estivemos todos os meses reunidos, em março no Encontro do JUTRA em Olinda e de lá mensalmente novos e revigorantes encontros. Em abril estivemos em Rondônia, maio em Búzios, junho em Recife, julho em Manaus, agosto em Brasília e Cuiabá e Campo Grande, setembro em Joinville e Goiânia, outubro todos no CONAT. Em novembro as eleições das seccionais, muitas emoções!

Hoje, estamos diante da chegada de um novo ano! Novas agendas, novas viagens, novos encontros, tempo de renovação!

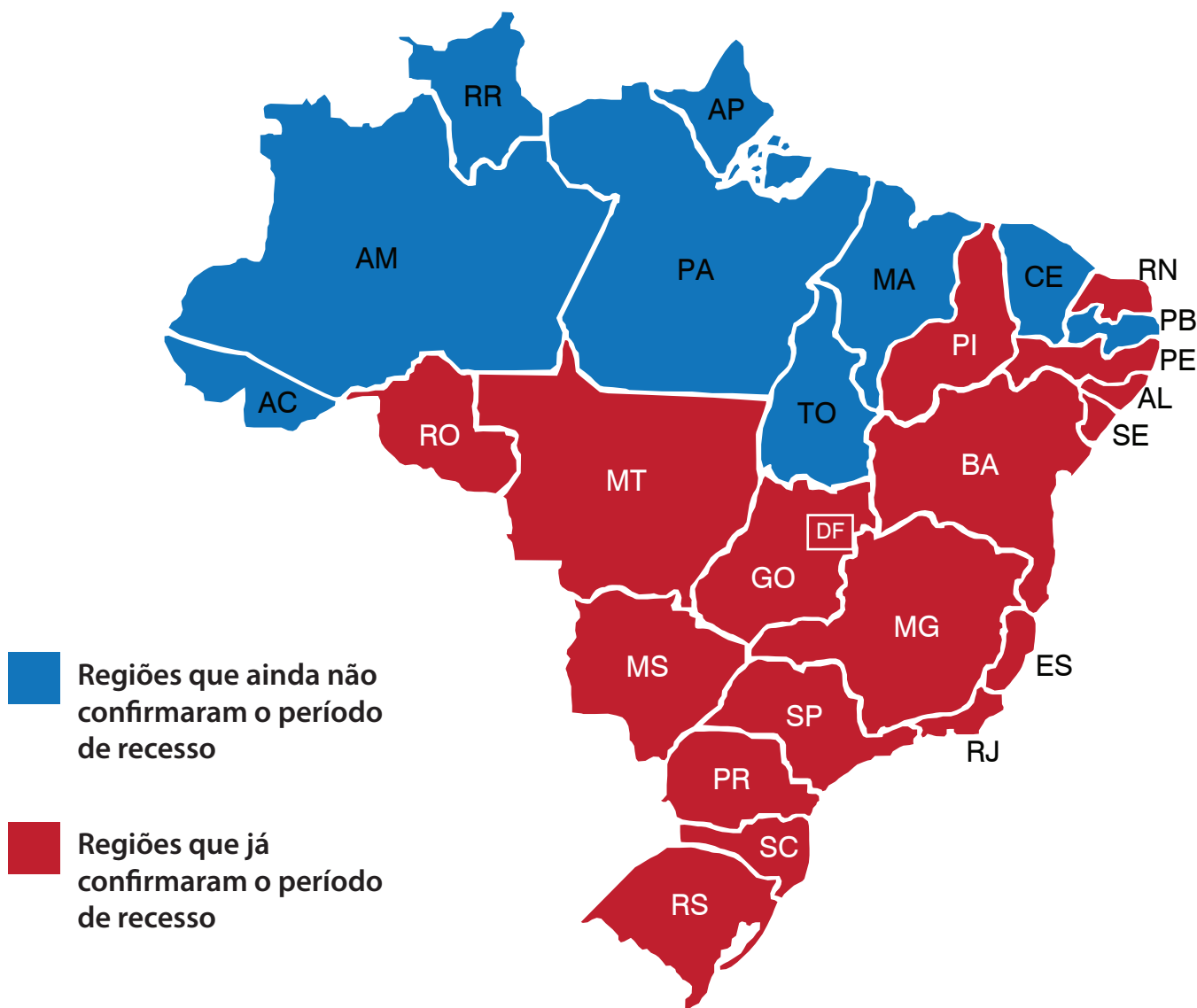
Aos que tiveram um bom ano, o otimismo pode ganhar mais força, com a expectativa de que o próximo continue no mesmo caminho.

Já os que atravessaram dificuldades, uma nova chance de deixar os problemas no passado e renovar a esperança para um futuro melhor.

O importante é estarmos juntos com o desejo de acertar sempre!
Boas Festas!

Os Tribunais Regionais do Trabalho de diversas regiões deferiram as datas de suspensão de prazos e audiências período pós-recesso. O período inicia dia 20/12/2015 e vai até 17/01/2016

As Varas voltam a funcionar no dia 07/1, mas os prazos estão suspensos até dia 17/01.



Confira as regiões que confirmaram o período de recesso:

Rio Grande do Sul
 Santa Catarina
 Paraná
 Rio de Janeiro (*)
 São Paulo
 Espírito Santo
 Minas Gerais

Rondônia
 Bahia
 Pernambuco
 Alagoas
 Rio Grande do Norte
 Mato Grosso do Sul
 Goiás

Sergipe
 Distrito Federal
 Mato Grosso
 Piauí

*Suspensão de audiências.

O ano se encerra com a expectativa redobrada que 2016 seja repleto de conquistas para os Advogados Trabalhistas. Entretanto, 2015 foi um ano de vitórias e realizações nas Associações. Assim faz-se necessário uma retrospectiva do que foi realizado pelas Entidades em seus Estados.

Distrito Federal

Confraternização de fim de ano da AATDF

No dia 27 de novembro, a AATDF realizou uma animada confraternização de final do ano.

Na abertura do evento, o presidente da Associação, Carlúcio Coelho, destacou que a amizade e a união dos advogados trabalhistas é muito importante pois "fortalece os pleitos perante o Tribunal, garantindo ainda a defesa intransigente dos direitos do empregado e empregador".

O evento foi realizado no Clube dos Advogados da OAB/DF e contou com os diretores, conselheiros, associados da AATDF, bem como advogados trabalhistas em geral.

Curso de PJe

Muito atenta a implantação do Processo Judicial Eletrônico em todas as Varas do Trabalho que englobam a 10ª Região, a AATDF promoveu diversos cursos operacionais do sistema PJe.

Os cursos foram ministrados por juízes do trabalho e também por advogados trabalhistas no intuito de transmitir as dificuldades práticas que podem ocorrer na operação do sistema.

Foram abordadas também questões teóricas e práticas que podem surgir no dia-a-dia forense.

Convênios AATDF x Clubes do DF

A AATDF firmou convênio com conhecidos clubes no Distrito Federal, tais como AABB, Clube Naval e Clube dos Advogados da OAB/DF permitindo que os associados e suas famílias possam usufruir nos momentos de lazer com custos reduzidos.

Os associados que estiverem quites com suas anuidades perante a AATDF, estão isentos do pagamento das joias e terão um substancial desconto no valor das mensalidades. Os dependentes também poderão utilizar as instalações dos clubes conveniados como se titulares fossem.

Curso de Cálculos – AATDF X TRT 10



Em novembro, a Associação realizou o 1º Curso de Cálculos Trabalhistas, o qual foi ministrado por Eduardo Ramos, chefe do Setor de Contadoria do TRT da 10ª Região.

O sucesso do evento traduziu-se na satisfação dos participantes.

Sempre inovando, a AATDF nunca mediu esforços na qualificação de seus associados e implantará novos cursos em 2016 visando o aperfeiçoamento da advocacia trabalhista do DF.

Mato Grosso

Os principais eventos que marcaram a gestão da Associação de Advogados Trabalhistas do Mato Grosso foram realizados no mês de Março com a campanha Lugar de mulher é onde ela quiser!, com a colaboração dos juízes de primeiro grau, a exemplo do magistrado Wanderley Piano da Vara de Várzea Grande, as mesas das salas de audiências foram decoradas com pétalas de rosas vermelhas e com os cartazes da campanha.

Em abril a AATRAMAT realizou junto com a UFMT um debate sobre a terceirização

Minas Gerais

Agosto

Diretoria da AMAT prestigia a entrega da comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho 2015.

A comenda foi entregue a presidente da ABRAT, Doutora Silvia Lopes Burmeister.

A comenda, criada em 1970, reconhece pessoas e instituições que se destacaram por suas profissões ou serviram de exemplo para a sociedade. Além da ABERT - que, em 2014, deu apoio à campanha institucional do Programa Trabalho Seguro, voltada para a prevenção de acidentes de trabalho - a relação de agraciados traz autoridades, magistrados, advogados, empresários, professores, profissionais da área da cultura e do esporte, entre outros.

Prestigiaram a ocasião também da emocionante cerimônia de descerramento da foto do ex-presidente Antônio Fabrício Matos Gonçalves.

Setembro

Em reunião da AMAT na OAB.

DIA 22.09.15 a AMAT promoveu a MARCHA DAS MARGARIDAS por maior participação da mulher nas instituições e também na OAB. A marcha contou com o apoio de grande parte das Subseções mineiras, com a Seccional da OABMG, NOVACAA e Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica.

A Amat e OAB/MG entrega para a presidência do TRT-MG o pedido de suspensão de prazos e audiências do dia 20/12/15 a 20/01/16.

Palestra sobre o Recurso de Revista com o 1º Vice Presidente do Trt/MG.

Posse da diretoria da Amat Jovem.

“O diretor tesoureiro da OAB/MG, Antônio Fabrício Gonçalves, e a presidente da Associação Mineira de Advogados Trabalhistas (AMAT), Isabel Dorado, entregaram à presidente do TRT 3ª Região, desembargadora Maria Laura Franco Lima, documento requerendo a suspensão de prazos e audiências no final do ano.

A solicitação foi apreciada pela Corregedoria do TRT3. Nos últimos anos, o pedido da OAB/MG e AMAT que objetiva assegurar o descanso aos advogados traba-

lhistas foi deferido. Segundo Antônio Fabrício Gonçalves, a suspensão dos prazos já está prevista no novo CPC, que entra em vigor em março de 2016.

“Enquanto a lei está em vacatio legis é preciso solicitar a suspensão ao Tribunal. Estamos solicitando o nosso direito básico do descanso. Espero que nossa reivindicação seja atendida pelo egrégio Tribunal”, ressalta Fabrício.

A reivindicação à desembargadora foi entregue na sede do TRT3.”

Suspensão de prazos e audiências 2015/2016 A diretoria da AMAT e da OAB/MG estiveram presentes na votação do pleno do TRT hoje, a fim de decidir a suspensão de prazos e audiências no período de dezembro a janeiro de 2016.

Após sustentação oral pelo presidente da OAB/MG, Luis Cláudio Chaves, foi deferido o pleito da OAB e da AMAT para a suspensão entre os dias 20 de dezembro de 2015 a 20 de janeiro de 2016.

A presidente da Amat, Isabel Dorado; a vice-presidente, Ellen Hazan; a diretoria, Gláucia Campolina e presidente da Amat Jovem, Ana Elisa Braz participaram do lançamento da campanha outubrorosa da CAA/MG e OAB/MG, que além de instruir como realizar o auto exame, ressaltaram a importância da prevenção do câncer de mama.

Outubro

Presença da diretoria da Amat no CONAT 2015 em Campo Grande. Na ocasião foi prestada homenagem ao patrono oficial do Conat 2015, João Pedro Ferraz dos Passos. Pedido de união das classes e de manutenção da amizade acima de disputas.

A vice-presidente da Amat, Ellen Hazan lançou seu livro “Da greve ao locaute: contribuições para a luta coletiva”.

A delegação mineira da Amat ganhou com o maior número de participantes no Conat 2015. O maior congresso de advogados trabalhistas contou pelo 3º ano seguido com o maior número de inscritos por Minas Gerais.

Participação da Amat e apoio na campanha de doação de camisas para o projeto de vestidos para crianças carentes no Espírito Santo.

Pedido da Amat deferido para prorrogar depósitos recursais em função da greve no TRT3. A Portaria GP n. 815/2015, assinada pela Presidente do TRT3 no dia 8/10/2015, com efeitos retroativos a 6/10/2015, prorrogando o prazo para realização de depósitos recursais e judiciais, bem como recolhimento de custas processuais, em virtude da greve deflagrada pelos bancários.

Portaria: http://trt3.jus.br/download/avisos/Portaria_GP_815_15.pdf

Apoio da Amat a Moção de Repúdio às crescentes tentativas de precarização da Legislação do Trabalho, com sérios prejuízos à classe trabalhadora e comprometimento de sua sobrevivência.

Amat apoiou o Seminário do Direito do Trabalho e da empresa realizado pela FIEMG.

Dezembro

OAB, AMAT participou de alto debate sobre fundamentação das decisões e a aplicação ou não dos arts 10, 141 e 489 do Novo CPC, promovido pela Prunart, UFMG.

Baile Amat 2015 com participação da diretoria da Abrat e presidência do TRT

Amat promoveu campanha de doação de material de higiene pessoal para as vítimas da cidade de Mariana /MG.

A Amat conseguiu junto a CEASA MINAS doações de palets para as vítimas da tragédia de Bento Rodrigues/Mariana/MG. Foram 300 palets que já foram entregues em Mariana.

Participação em mesa e apoio da AMAT no I CONGRESSO MI-NEIRO SOBRE OS IMPACTOS DO NCPD NO JUDICIÁRIO promovido pela AMATRA3 e Escola Judicial do TRT da 3ª Região.

Participação em mesa e apoio da AMAT no Congresso Esportivo em BH. JURISPORTS.

Diretoria ABRAT - 2014/2016

Diretoria Executiva

- » **Presidente** Sílvia Lopes Burmeister (RS)
- » **Vice Presidente** Roberto Parahyba de Arruda Pinto (SP)
- » **Secretário Geral** Eliomar Pires Martins (GO)
- » **Diretora Financeira** Araçari Baptista (RJ)
- » **Vice Presidente Região Norte** Vítor Martins Noé (RO)
- » **Vice Presidente da Região Nordeste** Luciano Almeida (AL)
- » **Vice Presidente da Região Centro Oeste** Pedro Mauro R.de Arruda (MS)
- » **Vice Presidente da Região Sudeste** Paulo Sérgio Marques dos Reis (RJ)
- » **Vice Presidente da Região Sul** Gustavo Villar Mello Guimarães (SC)
- » **Vice Presidente do Distrito Federal** Alessandra Camarano Martins (DF)

Diretoria Colegiada

- » **Diretor de imprensa, divulgação e revista** Olímpio Paulo Filho (PR)
- » **Diretor de assuntos legislativos** Ronaldo Ferreira Tolentino (DF)
- » **Diretor de assuntos jurídico** José Hildo Sarcinelli Garcia (ES)
- » **Diretor Social** Marcondes Oliveira (PE)
- » **Diretor de informática** Gustavo Juchem (RS)
- » **Diretor de especialização** Antônio Fabricio de Matos Gonçalves (MG)
- » **Diretor de temas estratégicos** Jefferson de Lemos Calaça (PE)
- » **Diretor de eventos** Ivan Issac Ferreira Filho (BA)
- » **Diretor de relações Institucionais** Nilton da Silva Correia (DF)
- » **Diretor de relações ABRAT /JUTRA** Haley Ximenes (CE)
- » **Diretor de. Relações ABRAT/ALAL** Manoel Frederico Vieira (MG)
- » **Diretor de Convênios** Gil Luciano Domingues (RJ)
- » **Diretor da Revista da ABRAT** Benizete Medeiros (RJ)
- » **Diretor de Relações entre Associações** Luciana Barcelos Slosbergas (SP)
- » **Diretor de jornal virtual** Maria Cristina Carrion de Oliveira (RS)
- » **Diretor de assuntos jurisprudenciais** Jocelino da Silva (SP)
- » **Diretor Direito Coletivo/Sindical** Patrícia Carvalho (PE)
- » **Diretor Escola Nacional de Advocacia Trabalhista** Carlos Tourinho (BA)
- » **Diretor da ABRAT Jovem** Moyses Fonseca Monteiro Alves (MG)
- » **Coordenador do Colégio de Presidente** Antônio Vicente Martins (RS)
- » **Comissão especial de Direito Desportivo** Paulo Rubens Máximo (RJ) e Afonso Celso Raso (MG)
- » **Comissão Especial do Processo Judicial eletrônico** Roseline Moraes (SE) e Cláudio Santos (PA)
- » **Comissão de resgate da memória e verdade dos advogados trabalhistas (aprovada em diretoria)** José Armando Guerra
- » **Comissão Especial de Prerrogativa** Marco Antônio Freitas

Conselho Consultivo Técnico

Professor Eugenio Hainzreder Júnior e Paulo Leal (RS), Professor Jorge Boucinhas, Otavio Pinto e Silva, Luis Carlos Moro e Magnus Farkatt (SP), advogados Ellen Hazan e Antonio Raimundo Queiros de Castro Junior (MG), João Pedro Ferraz dos Passos e Cezar Britto (DF), Professora Benizete Medeiros (RJ)



- » **Assessora de Imprensa** Mellissa Mendes
- » **Projeto Gráfico e Diagramação** Renato Diniz - Cooperi

Este é seu canal de comunicação com a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas.

Envie sugestões, críticas e o que deseja

no ABRAT Eletrônico

Entre em contato pelo email:

mellissa.mendes@yahoo.com.br

Site: www.abrat.net

Facebook: www.facebook.com/redeabrat

Twitter: [#abratnet](https://twitter.com/abratnet)

Pará

Após a posse da nova diretoria em maio/2015, a ATEP passou a focar na reestruturação da Associação e no aumento de serviços e benefícios aos advogados associados.

Uma das grandes causas neste ano de 2015, foi a luta da Associação em mostrar à sociedade todo o seu descontentamento com o Jus Postulandi e com o Convênio firmado pelo TRT8 para encaminhamento do Jurisdicionado a atendimento por núcleo de prática jurídica de uma faculdade de Belém, convênio este suspenso após liminar conferida à ATEP em Ação Judicial.

Além disso, faz parte da luta da associação, com informações, requerimentos e manifestações em diversas comarcas do interior, o combate à implantação forçada do PJe, sem qualquer estudo prévio quanto ao impacto que poderá causar aos advogados trabalhistas, ante à realidade deficitária dos serviços de internet em nosso estado.

Também promovemos diversos cursos, oficinas de Juriscalc (programa de cálculos do TRT8 em Belém e Parauapebas), PJe (em parceria com Magistrado (Dr. Carlos Zalouth), visando mostrar a visão do sistema pelo Regional) além de palestras abordando os aspectos gerais do novo Recurso de Revista e também sobre os Impactos do Novo CPC no Processo do Trabalho. Em parceria com a Caixa de Assistência aos advogados, conseguimos os cursos de Inclusão digital abordando oficinas de Juriscalc e de certificação digital/Pje.

Nossa grande luta foi o requerimento ao TRT8 das férias dos advogados, que consiste na suspensão dos prazos e audiências no período de 8 a 20 de janeiro de 2016, objetivando aos advogados trabalhistas atuantes no Pará e Amapá o direito de gozar de 30 dias de férias, como qualquer outro trabalhador brasileiro, visto que o pleito foi atendido no ano passado e passará a ser obrigatório após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil. Com o indeferimento do pedido pelo Tribunal, interpomos Recurso pautando nossos argumentos principalmente no fato que os fundamentos relacionados à saúde e ao convívio familiar e social dos advogados podem e devem sobrepor todos os fundamentos utilizados para o indeferimento do pleito, pois o direito ao descanso anual é um bem jurídico maior, que pode e deve ser protegido pela Justiça do Trabalho.

A ATEP firmou também convênio com diversas entidades da sociedade civil visando somar esforços no combate ao trabalho infantil.

A Associação também cobrou providências da Gerência Regional da Superintendência Regional Norte do Pará da Caixa Econômica Federal pedindo providên-

cias relativas ao atendimento nos PABs localizados no TRT e na Justiça Federal que se comprometeu a prontamente resolver o problema. Uma nova reunião será agendada para avaliação conjunta da efetividade das providências tomadas.

Visando melhorias na prestação dos serviços, A ATEP também se reuniu com o diretor do fórum trabalhista de Belém-PA, para tratar de uma lista de assuntos colhidos junto aos advogados trabalhistas.

A Associação esteve presente na inauguração da 18ª e 19ª varas do trabalho de Belém-PA bem como na inauguração do novo Fórum trabalhista da cidade de Parauapebas – PA, abrigando quatro varas do trabalho, sendo um dos municípios mais importantes da 8ª Região, com elevado número de demandas trabalhistas e uma advocacia extremamente destacada e atuante.

Em setembro, com movimento paredista da categoria bancária que fechou diversas agências para que o atendimento não fosse realizado, mantendo a greve, inclusive nos postos de atendimento do prédio do TRT8, o que impediu muitos advogados trabalhistas de levantarem seus alvarás, pagamento de depósito recursal e custas e demais pagamentos relacionados à Justiça do Trabalho. Após reunião com a Presidência e Corregedoria, conseguimos o deferimento do pedido de adequação do procedimento do TRT ao TST (Ato 557/SEGJUD.GP do TST). Somente quanto ao levantamento de Alvarás judiciais, não foi possível, o que repercutiu no ajuizamento de medida judicial contra o Sindicato dos Bancários, com pedido de manutenção do serviço essencial de pagamento de Alvarás Judiciais Trabalhistas, por conterem créditos de natureza alimentar, tanto os de titularidade dos trabalhadores, quanto os honorários advocatícios lá incluídos, que possuem a mesma natureza, liminarmente deferido para o restabelecimento imediato, durante todo o expediente bancário,

de no mínimo de 30% de trabalhadores nas agências e pontos de atendimentos bancários que fazem o pagamento de Alvarás Judiciais Trabalhistas, emanados dos órgãos da Justiça do Trabalho da 8ª Região, em todo o Estado do Pará, beneficiando assim os advogados atuantes naquela instituição.

A Associação dos Advogados Trabalhistas do Estado do Pará participou ainda da Audiência Pública promovida pelo Senado Federal, onde se discutiu o PLC 30/2015, que visa regulamentar a Terceirização de Mão de Obra, deixando claro seu posicionamento contrário à aprovação deste projeto.

O ano de 2015, com certeza, foi um ano de mudanças, com um aumento significativo do número de associados, com reestruturação, trabalho e serviços em prol dos advogados trabalhistas do estado do Pará.

Rio Grande do Sul

O primeiro semestre da gestão foi marcado pelo enfrentamento de questões sensíveis para a advocacia trabalhista, em especial a superação de uma greve que castigou advogados e a sociedade - e ainda faz sentir seus efeitos sobre o andamento dos processos -; a uniformização de jurisprudência que apressadamente coloca em pauta temas relevantes para a sociedade sem um debate prévio amplo; a busca de uma melhoria efetiva no relacionamento com magistrados e servidores e uma série de outras tantas demandas que o cotidiano do foro demandam solução.

Expomos aqui boa parte de nosso trabalho ao longo do semestre, pautando demandas, ações e propostas:

1. Participação na Comissão de Relacionamento estabelecida entre AGETRA, SATERGS e AMATRA IV para debater e enfrentar os problemas e relacionamento entre magistrados e advogados, buscando soluções para a melhoria do cotidiano de trabalho;
2. Participação na Comissão de Greve, juntamente com as demais entidades representativas, cobrando providências da administração do Tribunal para equacionar as mais diversas demandas ao longo de mais de cem dias de greve: através dos mais variados canais recebemos as demandas dos colegas e encaminhamos ao Tribunal ao longo de mais de cem dias de greve. Nas reuniões sempre pautamos as imensas perdas para a classe dos advogados e para a sociedade;
3. Cobranças da administração do tribunal para a efetiva retomada da ordem processual após a greve: ao tomarmos conhecimento do termo de ajuste que prioriza a execução e liquidação negociamos para que a Comissão de Greve permanecesse atuante na recuperação do trabalho;
4. Acompanhamento das correições do TRT da 4ª Região e da Correição pelo Corregedor Nacional: passamos os relatos pontuais nas unidades judiciárias e ao corregedor nacional medidas que tornem mais célere a jurisdição;
5. Participação na Comissão do PJE, do Fórum Regional do TRT com a participação de instituições representativas de advogados, servidores, magistrados, peritos e sociedade: espaço institucional em que também houve espaço para debate e proposta de melhoria da prestação jurisdicional;
6. Participação na implantação do Projeto Pescar na Justiça do Trabalho: projeto de ação social que visa inserir no mercado de trabalho jovens em condição de risco;
7. Participação na Caravana Nacional das Prerrogativas, promovido pela OAB/RS: chamando atenção para a necessidade de uma intervenção direta da Comissão Nacional em questões que se voltam para a prerrogativa do advogado e honorários;
8. Participação nos eventos do TRT, OAB, SATERGS e ABRAT;
9. Participação no processo de uniformização da jurisprudência – IUJs – juntamente com demais entidades representativas: propomos que as propostas de IUJ's fossem debatidas com antecedência e de forma ampla, permitindo que os temas fossem a julgamento no Pleno quando efetivamente discutidos e aptos para a uniformização;
10. Participação na Audiência Pública do Senado sobre a terceirização: evento de âmbito nacional em que estivemos presente na organização e na mesa dos trabalhos defendendo a rejeição do projeto que vilipendia direitos dos trabalhadores;
11. Participação no Movimento contra redução dos direitos sociais: promovido pelas entidades sindicais foi um movimento social e institucional que chamou atenção da sociedade para as propostas em tramite no congresso nacional que pretendem a redução de direitos e garantias dos trabalhadores;
12. Acompanhamento dos julgamentos e audiências envolvendo o ataque ao sindicalismo e a advocacia de parte do MPT: juntamente com as demais entidades representativas da categoria estivemos presentes em audiências e reuniões tratando do tema;
13. Participação no Congresso da Agetra/RG;
14. Participação no CONAT/MS;
15. Participação no Congresso de Direito Sindical/MG;
16. Participação no aniversário da ESA e IARGS;
17. Participação no movimento contra a redução do valor de expedição das RPVs: com ação permanente para o convencimento dos deputados a votar contra o projeto que, infelizmente, veio a ser aprovado;
18. Pedido de providências para solucionar a questão dos sites buscadores (Escavador e afins) no âmbito do TRT e TST: A partir de uma série de reclamações de trabalhadores e operadores do direito levamos ao co-

Rio Grande do Sul

nhcimento do Tribunal , juntamente com as demais entidades representativas, e requeremos providencias para que fosse impedido o acesso de sites buscadores a base de dados do tribunal;

19. Acompanhamento de requerimento administrativo sobre sites buscadores junto ao TRT: na linha do pedido de providencias apoiamos o pedido de providencias para o bloqueio de acesso dos sites e a busca de meios para barrar a exposição dos trabalhadores que, em verdade, reaviva as “listas negras”;

20. Pedido para que haja notificação dos reclamantes da audiência inicial no âmbito do TRT e do TST: importante conquista que faz, no âmbito do TRT da 4ª Região, ser dado cumprimento ao texto de lei para sejam os reclamantes notificados da audiência inicial;

21. Participação no evento comemorativo de implantação de 100% do PJE no Estado;

22. Criação da Ouvidoria da AGETRA – ouvidoriaagetra@gmail.com;

23. Pedido de providencias para restabelecimento do

sistema de protocolo integrado – “Drive Thru”;

24. Melhoria da acessibilidade no foro de Porto Alegre, pelo sistema de Raio-x;

25. Pedido de melhoria do sistema de WI-FI das dependências da JT;

26. Pedido de melhoria do sistema de som nos prédios das Varas de POA;

27. Processo de renovação do site da AGETRA;

28. Oficinas de formação do advogado: evento mensal destinado a formação do advogado que se mostrou extremamente positivo com ampla aceitação e frequência dos colegas, especialmente jovens advogados;

29. Confrarias da AGETRA permitiu a aproximação e integração dos colegas;

30. Pizza & Beer: em duas edições também foi outra oportunidade de integração e divertimento para os colegas;

Santa Catarina



Em 2015, a Associação Catarinense de Advogados Trabalhistas ACAT-SC, mais uma vez iniciou o ano postulando junto ao TRT da 12ª Região a suspensão de prazos, audiências e publicações do dia 20 de dezembro ao dia 20 de janeiro, as chamadas “férias dos advogados”. Reivindicação acolhida de forma unânime pelo TRT-12, um fato his-

tórico nestes últimos anos de acalorados debates com o Tribunal.

A ACAT-SC ampliou sua rede de convênios que visam a qualificação profissional dos advogados trabalhistas. Além dos convênios já existentes com as faculdades CESUSC e UNIVALI, firmada parceria com o curso de

pós-graduação IPOG. Todo associado da ACAT-SC tem direito ao desconto de 20% do valor da mensalidade em todos os cursos de pós-graduação oferecidos pelas referidas faculdades.

Na cerimônia de lançamento do referido convênio, a ACAT-SC promoveu uma palestra sobre o tema Terceirização, a cargo do Juiz do Trabalho Rodrigo Dias da Fonseca. No mesmo evento, a ACAT sorteou uma bolsa integral para o pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho junto ao IPOG.

Atuamos na qualidade de Amicus Curiae em ações promovidas contra advogados trabalhistas que tiveram retidos seus honorários em face de uma suposta ilegalidade da cobrança cumulada de honorários assistenciais e contratuais.

Paralelamente a esta atuação, diligenciou junto a OAB/SC para que a tabela de honorários passasse a prever, de forma expressa, a cumulação de honorários assistenciais e contratuais, pleito que restou atendido no último mês de novembro.

Também na qualidade de Amicus Curiae, a ACAT atuou perante o TRT-12 nos incidentes de uniformização de jurisprudência, destacando aquele que tratava da possibilidade de deferimento de honorários assistenciais aos advogados mesmo nas causas em que não for detentor de credencial sindical.

A ACAT-SC ainda atuou perante o TRT-12 para excluir a limitação imposta pelo sistema STDI que não permite o protocolo eletrônico, em processos físicos, de petições e documentos que ultrapassem 40 folhas.

Durante a greve dos servidores, a ACAT manteve postura de destaque, atuando de forma isenta, de forma a respeitar o direito de greve dos servidores paralelamente à necessidade de uma parcela mínima de atendimento das Varas às demandas de urgência. Pelo trabalho e postura adotada, foi reconhecida pelos servidores e pela administração do TRT.

Entre os dias 17 e 18 de setembro, a ACAT-SC realizou em Joinville o IV Encontro Estadual de Direito do Trabalho, trazendo para palestrar nomes importantes da advocacia trabalhista nacional, tais como Luis Carlos Moro, Daniela Muradas Reis, Jouberto Cavalcante, entre outros.

A Entidade termina o ano com propostas de realização de diversos eventos junto as comarcas do interior do Estado, uma prova de que o trabalho de qualificação profissional exercido pela ACAT-SC está sendo reconhecido e prestigiado! Que venha 2016!

São Paulo

Instauração de Procedimento de Mediação perante o Ministério Público do Trabalho entre o Sintrajud e a AATSP, buscando ajustar os interesses dos Servidores grevistas com os dos Advogados Trabalhistas. Este foi o primeiro passo de aproximação em negociações, que culminou, mais tarde, com a participação de Diretores em reuniões com os grevistas e membros do Corpo Diretivo do TRT-2, tudo o que contribuiu diretamente para o fim da greve;

- Participação da Diretoria na estratégia e elaboração da Ação Civil Pública durante a greve do Sindicato dos Bancários que permitiu a continuidade dos serviços do convênio Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para Advogados. Um dia depois desta liminar, ocorreu o fim da greve em todo o Estado;

- Dia 26 de outubro, em votação histórica no Tribunal Pleno do Segundo Regional do país, por maioria de votos foi concedida as férias aos Advogados Trabalhistas no âmbito desta jurisdição, suspendendo-se prazos e audiências até 20 de janeiro de 2016;

- Arrecadação da AATSP Social de centenas de quilos de alimentos, cestas básicas, brinquedos e livros para entrega a instituições de caridade;

- Inauguração da Nova Sede da AATSP, próxima ao Fórum Ruy Barbosa, em moderno e amplo espaço, realizando antigo sonho da Advocacia Trabalhista de São Paulo;

- Paella beneficente, realizada no dia 29 de novembro de 2015, no tradicional bairro da Mooca, na cidade de São Paulo, a AAT SOCIAL, promoveu um concorrido bingo, que apesar da chuva torrencial reuniu mais de 300 pessoas. A arrecadação superou R\$ 25.000,00 e será revertida integralmente para entidades que prestam assistência a pessoas carentes;

- Realização de diversos cursos e eventos;

- Encerramento do ano com o "Very Happy AATSP"

CONFRATERNIZAÇÃO ASSOCIAÇÕES

2016



BAHIA



TOCANTINS



TOCANTINS



DISTRITO FEDERAL



PIAUI



PARANÁ



PARANÁ



PERNAMBUCO





RIO DE JANEIRO



MINAS GERAIS



MINAS GERAIS

CONFRATERNIZAÇÃO ASSOCIAÇÕES

2016

XII ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE JURISTAS DO TRABALHO

local em: **ÉVORA - PORTUGAL**
dias: 17 a 19 de março de 2016



JUTRA
ASSOCIAÇÃO LUSO-BRASILEIRA DE
JURISTAS DO TRABALHO



Reservas:
hospedagem e passagem

Consultem-nos

Casa Certo's Viagens e Turismo

Telefone(s): 8219.1172 / 8255.8148/8256.2495 / 8231.5297
8255.8143 / 8257.4368

e-mail: casacerto@casacerto.com.br



Antônio Fabrício: ex-presidente da ABRAT será o primeiro advogado trabalhista a presidir a OAB/MG



O advogado Antônio Fabrício de Matos Gonçalves foi eleito, pelos 70 mil advogados mineiros aptos a votar, o novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais. Pela primeira vez, desde a instituição das eleições diretas na OAB/MG, a eleição contou com chapa única, denominada "Advogado Valorizado em Minas e no Brasil". Somente em Belo Horizonte, cerca de 15 mil advogados compareceram às urnas e referendaram o nome de Antônio Fabrício.

No interior, os pleitos aconteceram em 217 subseções.

Luís Cláudio Chaves, atual presidente da OAB/MG, foi eleito conselheiro federal da OAB mineira. Com isso, a candidatura de Luís Cláudio Chaves à diretoria do Conselho Federal da OAB está viabilizada.

Entre as principais propostas da chapa estão: ampliar e descentralizar a estrutura profissionalizada de defesa das prerrogativas do advogado; implantar a terceira fase do Programa Revitalizar (melhoria na infraestrutura de salas de advogados em instituições da Justiça); regionalizar a OAB; intensificar a interiorização das ações da OAB; lutar pelos honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho; lutar pelo piso salarial do advogado; manter o valor da anuidade entre as mais baixas do país, entre outras.

Currículo

Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, natural de Brasília de Minas, completou este ano 46 anos de idade e é advogado militante há 23 anos. Advogado trabalhista, professor de Direito Processual do Trabalho da Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica e professor de Direito do Trabalho também da PUC Minas desde 1999.

Possui graduação em Direito e mestrado em Direito do Trabalho (ambos pela PUC Minas), Doutorando em Direito do Trabalho na UFMG e pós-graduado em direito de empresa.

Na OAB/MG exerceu os cargos de conselheiro por dois mandatos (1999/2000 e de 2001/2003); foi dirigente da Escola Superior Advocacia (ESA/MG) por três mandatos (1998/2000, 2000/2003 e 2006/2009); membro das comissões de Exame da Ordem (1998/2003); de Seleção e Inscrição (2000/2003) e tesoureiro da OAB/MG nos dois mandatos do presidente Luís Cláudio Chaves (2010/2012 e de 2013 até os dias atuais), além de professor da ESA há 17 anos.

Presidiu a Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (ABRAT) entre 2012 e 2014, atualmente é diretor da Associação; membro do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) e do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG); membro direto da Escola Nacional de Advocacia (ENA) e do Conselho Federal da OAB (2006/2009); integrante da Associação Americana de Juristas – AAJ (Argentina); membro da Associação Luso-Brasileira dos Juristas do Trabalho – Jutra (Brasília e Coimbra); membro oficial da delegação brasileira à Conferência da OIT de 2014 (Genebra), além de autor de diversas obras jurídicas.

Também foram eleitos pela advocacia mineira: Helena Delamonica (vice-presidente); Gustavo Chalfun (secretário-geral); Sérgio Leonardo (tesoureiro); Charles Vieira (secretário-geral Adjunto). Os advogados: Fabrício Almeida (diretor institucional) e Adriano Cardoso (tesoureiro Adjunto) compõem a diretoria. Acesse o link abaixo e veja a chapa completa. (Assessoria de Imprensa OAB/MG)

Nota da ABRAT contrária a proposta da LDO 2016, que reduz o orçamento da Justiça do Trabalho

A advocacia trabalhista tomou conhecimento, estarrecida, do relatório final da Lei Orçamentária para 2016, da lavra do deputado federal Ricardo Barros (PP-PR), em que se propõe drástico corte no orçamento da Justiça do Trabalho, fundado em realidade dissociada das efetivas condições de trabalho no país.

Distinto do que supõe o Sr. Relator, no Brasil, não se oferecem condições de trabalho nem próximas àquelas do primeiro mundo, como ocorre no hemisfério norte. Esta dura realidade vivenciamos dia a dia, com indicadores alarmantes na acidentalidade dos trabalhadores, ocorrências de condições análogas a escravidão, na chaga do trabalho infantil e de uma impressionante e arraigada cultura da ilicitude trabalhista, abrandada pelo termo informalidade.

Felizes estaríamos, se não testemunhássemos tais violentas distorções referidas acima, e fosse factível diminuir a intervenção da Justiça e do Estado nas relações de trabalho.

A proposta, segundo o Sr. Deputado, objetiva a reflexão sobre mudanças que somente poderiam ser implementadas pela via de alteração constitucional, violando a vontade contida no poder constituinte originário, que pautou o capítulo dos direitos fundamentais.

Em período de crise, com o aumento do desemprego, da informalidade e precarização das relações de trabalho, diante do aumento da violação dos direitos dos trabalhadores, quer o Sr. Deputado, limitar o valor das indenizações em até 12 salários, impor a sucumbência proporcional, limitar a justiça gratuita apenas à assistência do sindical e reduzir o prazo prescricional!

A proposta desconsidera a realidade nacional e não se coaduna com a classificação do Brasil como 7ª. economia do mundo. São alarmantes os números de trabalhadores em situação análoga a escravos, não somente no interior das regiões norte, nordeste e centro oeste, mas também na sul e sudeste, principalmente em uma das maiores cidades do mundo, São Paulo.

O trabalho infantil é uma chaga da qual não conseguimos nos libertar, aumentando de forma expressiva, principalmente, em período de crise econômica, como a que vivemos. Logo, uma proposta de redução orçamentária da JUSTIÇA SOCIAL, facilitará e poderá até estimular a prática dessas bárbaras irregularidades, ofensivas ao texto constitucional, além de estar desconectada da realidade social brasileira.

Desconhece o Sr. Deputado que, em Pernambuco, mais especialmente, em Recife, o prédio da Justiça do Trabalho (antiga Sudene) foi interditado em agosto passado e o Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região, alegando não possuir dotação orçamentária para a construção de novo prédio, tem negado a indispensável prestação jurisdicional aos jurisdicionados e advogados e quando o faz é sem condições mínimas de um atendimento digno às partes e advogados.

Conclamamos aos parlamentares que rejeitem a proposta de redução do orçamento para a Justiça do Trabalho, como meio de defesa e preservação dos direitos fundamentais e não de interesses outros, verdadeiramente atentatórios aos direitos constitucionais da população.

Brasília, 16 dezembro 2015.

Silvia Burmeister
Presidente

Democracia? Sim, mas se for a minha.



Rafael da Silva Marques

Discutir democracia no Brasil é difícil. O país não tem tradição democrática, em especial por estar, até o pescoço, envolvido com a atuação nefasta de empresas transnacionais e instituições financeiras. Estes absorvem os ganhos fruto do trabalho

da população e não devolvem nada que não seja controle da mídia e a banalização do conhecimento e do espírito de pertença, de aceitação do outro e da diferença.

Para que se possa bem ver o que está dito supra, comecemos pela atuação nefasta dada pelo poder do capital. O dinheiro, fruto dos impostos, em tese, deveria servir para obras sociais e para a inclusão e educação. Está, contudo, em boa parte, disponível para pagamento de juros da dívida (A Cidade de São Paulo, por exemplo, paga cerca de R\$ 4 bilhões anuais de juros aos banqueiros)¹. De outro lado, só para se ter uma ideia, os valores das operações **Zelotes** (aquela que envolve uma generosa gama de empresas gaúchas)² e

“O dinheiro, fruto dos impostos, em tese, deveria servir para obras sociais e para a inclusão e educação...”

1 <http://www.cartacapital.com.br/economia/governo-corta-mais-8-6-bilhoes-de-reais-para-pagar-juros-da-divida-6369.html>, <http://andif.com.br/index.php?tipo=noticia&cod=708#.Vm7EfdK6dqM> e <http://www.brasil247.com/pt/blog/paulomoreiraite/197891/A-li%C3%A7%C3%A3o-de-Krugman-e-o-uivo-dos-nossos-banqueiros.htm> - acesso 14 de dezembro de 2015, às 11h26min.

2 <http://cartamaior.com.br/?Editoria/Politica/Operacao-Zelotes-Alvo-Lula/4/34855>, <http://www.cartamaior.com.br/?Editoria/Politica/Instituicoes-financeiras-e-conselheiros-do-Carf-sao-alvo-da-Operacao-Zelote/4/33139> e <http://www.cartamaior.com.br/?Editoria/Politica/Operacao-Zelotes-vai-pegar-a-RBS-Globo-/4/34694> - acesso 14 de dezembro de 2015, às 10h49min.

Lava Jato (que incrimina construtoras e políticos)³ somados são inferiores a 30% do que o governo deixa de arrecadar com benefícios fiscais e renúncia de receita dados a grandes empresas⁴. E não falo aqui da sonegação (forma de corrupção não reconhecida, acreditem, como tal!), cujos números otimistas medem perto de 400 bilhões de reais, mais de 5% sobre o valor anual do PIB⁵, quantidade esta deixada de arrecadar pelas grandes empresas transnacionais e bancos através do não pagamento dos impostos e não cumprimento da lei.

No que se refere à mídia, vamos analisar as elites

da TV e das telecomunicações e suas relações para com as causas sociais e a inclusão do outro. Há flagrante “criminalização midiática” de movimentos sociais e greves⁶. De outro lado, quanto aos canais de rádio e televisão, é fácil ver que não há regras transparentes quanto às concessões, havendo inclusive situações em que a autorização de operação está vencida, empresa que passa a estar fora da lei, mas que transmite,

3 <http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/> e http://www.jb.com.br/pais/noticias/2015/12/11/pf-prende-presidente-da-oas-em-desdobramento-da-operacao-lava-jato/?from_rss=None - acesso 14 de dezembro de 2015, às 10h53min.

4 <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/01/governo-federal-concedeu-r-104-bilhoes-em-incentivos-fiscais-ao-setor-produtivo-em-2014> - acesso 14 de dezembro de 2015, às 11h14min.

5 <http://www.quantocostaobrasil.com.br/> - acesso 14 de dezembro de 2015, às 10h47min.

6 Sobre a mídia e a criminalização dos movimentos sociais, fruto do poder da elite econômica ver VOLANIN, Leopoldo, PODER E MÍDIA: a criminalização dos movimentos sociais no Brasil nas últimas trinta décadas. Em www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/760-4.pdf - acesso 14 de dezembro de 2015, às 10h59min.

normalmente, seus programas diários⁷. Quanto aos jornais, pode-se dizer que repetem histórias falsas conforme interesse econômico e fazem parecer, por exemplo, que o governo eleito pela maioria representa a minoria. Para que se prove isso é fácil: basta analisar as notícias dadas nos últimos dias sobre o impedimento da presidente⁸. Parece que há um clamor público para saída de Dilma... mas as manifestações envolvem pouca gente⁹, na maioria pessoas bem abastecidas economicamente e que, acredite leitor, creem que é culpa do governo o fato de terem que trocar uma BMW por um Audi no final de 2015.

E o pior é que esta “desdemocracia” reflete nas demais esferas. É difícil hoje se aceite resultado de uma eleição, qualquer que seja (condomínio, sindicato, clube de futebol...). O único resultado possível é o meu. É aquele que eu acho certo. Se não for a minha democracia haverá ditadura e bolchevismo! Este extremo individualismo que se desprende da necessidade de se adequar com o coletivo, é fruto de uma espécie de dominação econômico-midiática que retira a capacidade de o cidadão agir de forma coletiva. Ou seja, o individualismo, na elevada potência atual, é arrogante ao ponto de querer por si, ser todo o coletivo e desprezar as ideias, conclusões e decisões do outro quando divergentes. Ora, se o individualismo e a liberdade individual de pensar e ser são direitos fundamentais eles apenas se executam no âmbito coletivo e do Estado, pois que este garante justamente a liberdade individual. Sem o cole-

tivo não há o individual. E aceitar a decisão da maioria nada mais é do que colocar o pensamento individual no seu exato lugar: na esfera pública da decisão.

Se aceitar o outro se tornou um martírio, quem sabe aceitar-se a si mesmo também o seja? Não sei. O que sei é que não apenas em nível nacional há uma espécie de golpe contra a democracia, onde os perdedores, minoria, querem, pelas armas do medo, da ameaça e do direito (fruto do poder das elites) posto de forma opressora e discriminatória, retirar um governo eleito. E esta ação se repete um número bem grande de ambientes e agrupamentos humanos, justamente pelo enfrentamento tendencioso e criminoso dado pelo poder do dinheiro e da imprensa. Ou seja, o efeito golpe repete-se para além de Brasília e faz escola em muitos outros pontos da sociedade e de aglomerações de

“O individualismo, na elevada potência atual, é arrogante ao ponto de querer por si, ser todo o coletivo...”

classe e categorias, o que consagra, de uma vez, a ideia de que o poder econômico e a mídia plantaram o golpe e nós, de forma inconsciente, o acolhemos e o trazemos para dentro de casa.

Para concluir, o que se pode ainda dizer é que se o golpe “colonizou o mundo da vida” e passou a ser a extensão absurda da liberdade individual, cabe à sociedade brasileira repensar que tipo de país quer. Porque se é possível hoje o golpe como regra, será possível o golpe como regra amanhã. É essa a nossa visão da democracia? Responda você, leitor.

**Juiz do trabalho Rio Grande do Sul*

7 <http://wilsonjornalista.blogspot.com.br/2008/05/quem-o-dono-emissoras-de-rdio-e-tv-so.html> - acesso 14 de dezembro de 2015, às 11h03min.

8 Ver manifesto contra o impedimento e defesa da democracia. <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Impeachment-legalidade-e-democracia/4/35153> - acesso 14 de dezembro de 2015, às 10h39min.

9 <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/%0aApenas-seis-mil-participam-de-ato-pro-impeachment-em-Brasilia/4/35165> e <http://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/12/milhares-de-brasileiros-tomam-ruas-pelo-impeachment-de-dilma-rousseff.html> - acesso 14 de dezembro de 2015, às 10h32min.

O respeito e carinho do ex-presidente e Patrono Nilton Correia à ABRAT



Querida Presidente Silvia.

Queridas diretoras e diretores.

Fiz minhas duas últimas atividades no Plenário do Conselho Federal da OAB na tarde da terça e na manhã da quarta-feira, dias 01 e 02 de dezembro presente.

Foram poucas as vezes que fiquei titular, como vocês sabem.

Naquelas oportunidades, tenham certeza, desempenhei o mandato com absoluta e estreita vocação de servir aos projetos e às pretensões da ABRAT, como sempre procedi em toda a minha vida, quando me abandono em nome de uma proposta coletiva.

Tenho certeza que honrei o mandato e a gestão, bem como o nome da ABRAT.

Em todas as ocasiões falei da nossa entidade, a divulguei e suas atividades.

Fui leal com todos os nossos princípios. Nunca abdiquei de nenhum deles.

Estou convencido que pratiquei as ações que vocês mesmo praticariam, sem nunca deslizar-me do pensamento e das pretensões da ABRAT.

Como Conselheiro Federal presidi a Comissão Nacional de Direitos Sociais – CNDS e, quero crer, o fiz com zelo e dedicação.

Nessa qualidade, promovi e realizei um dos maiores e mais importantes eventos dessa Administração: sobre o tráfico de pessoas e de órgãos. Tema complexo, instigante e preocupante, ao qual devemos ter e dar muita seriedade.

Particpei de várias Audiências Públicas, no Congresso Nacional.

Entre as mais importantes estão:

1.- a da PEC que incluía o “transporte” como direitos sociais, alterando o art. 6º, da CF, a qual, com nossa concordância na audiência, foi acolhida e aprovada nos termos da Emenda Constitucional nº 90, de 15/09/2015.

2.- a audiência para debater a Intervenção do Ministério Público do Trabalho (MPT) no Movimento Sindical, quando nos posicionamos contrário à conduta contumaz no MPT de impor suas posições aos sindicatos, em gesto intervencionista inaceitável.

Leal, sei que fui. Eficiente, tenho dúvidas.

Agradeço o que e o quanto vocês confiaram em mim. Um abraço fraterno.

Nilton Correia
OAB-DF nº 1.291

Lançada campanha de combate ao trabalho infantil

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 3,3 milhões de crianças e jovens, entre cinco e 17 anos, trabalham no Brasil. Mais de 70 mil têm, no máximo, nove anos. Além de terem baixa remuneração, uma em cada quatro crianças deixa a escola e muitas estão submetidas às formas mais degradantes de trabalho. Em cinco anos, foram registrados mais de 12 mil acidentes de trabalho com crianças.

Diante desse cenário, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) busca a conscientização para os problemas relacionados ao trabalho infantil. Para isso, lança nesta segunda-feira (14/12) uma nova campanha, intitulada “Trabalho Infantil – você não vê, mas existe”, composta por seis vídeos e spots que serão veiculados em rede nacional de rádio e televisão, redes sociais e cinemas da rede Cinemark.

“Não há democracia plena e desenvolvimento onde existe trabalho infantil”, destaca a ministra do TST Kátia Magalhães Arruda, uma das gestoras nacionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho. Entre as causas apresentadas pela ministra para a ocorrência do trabalho infantil estão a pobreza, as desigualdades sociais, a baixa escolaridade e a cultura da exploração. “Essas questões são causas, mas também são consequências do trabalho infantil. Ou seja, existe um círculo vicioso nesse processo”.

Entre as alternativas elencadas pela ministra está, prioritariamente, o rompimento, na sociedade, do senso comum de que “é melhor trabalhar do que roubar”. Ela ainda chamou a atenção para o fato de que, apesar da enorme proteção dedicada às crianças pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, são inúmeras as autorizações judiciais concedidas para o trabalho a partir dos nove anos de idade. Em 2011, foram concedidas 3.134 autorizações. Entre 2005 e 2010, foram 30 mil. “Fundamentos jurídicos de proteção não nos falta, pois temos convenções internacionais, a CLT, as garantias constitucionais e o ECA. Não estamos tratando do que está no papel, mas do que é realizado efetivamente no Brasil”, afirmou.

Do total de crianças exploradas, 49,8% estão na zona rural e 50,2% na zona urbana. Desses, 61% não recebem remuneração fixa e 90% sofrem defasagem escolar. As piores formas do trabalho infantil, ainda segundo a ministra, são o trabalho escravo, a exploração sexual, a destinação para atividades ilícitas (a exemplo do tráfico de drogas) e tipos de trabalho prejudiciais à saúde – no lixo, pedreiras, carvão, trabalho doméstico e nas indústrias do tabaco.

A última campanha do TST de combate ao trabalho infantil, em julho deste ano, contou com a colaboração do jogador de futebol Neymar Júnior, além de parceria com a revista da TAM. A edição de outubro da revista foi distribuída nos voos da empresa com anúncio do programa – um alerta à sociedade de que o trabalho infantil pode estar em qualquer lugar, da criança explorada que vende balas em semáforos à adolescente que trabalha como empregada doméstica em casas de família. A nova campanha pode ser vista também no canal do TST no Youtube e no hotsite.

(Secretaria de Comunicação Social Tribunal Superior do Trabalho (TST))

Distrito Federal



A tese de doutorado da diretora da Revista da ABRAT, Benizete Medeiros, que resgata a história da Associação, recebeu nota máxima com louvor.

Para o diretor e ex-presidente da ABRAT, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, que acompanhou o marco zero da tese, ressalta que é a pri-

meira vez que a Entidade é estudada.

“Ela poderia pesquisar sobre vários assuntos, mas resolveu entender cientificamente a influência da ABRAT na vida dos advogados trabalhistas e no Direito do Trabalho brasileiro.

Esse é um trabalho digno de aplausos”, afirma Fabrício.

Minas Gerais



A diretora tesoureira, Araçari Baptista e a vice-presidente do Distrito Federal, Alessandra Camarano foram agraciadas com a Comenda Professor José Cabral, durante baile da Associação Mineira de Advogados Trabalhistas. O presidente da Associação de Advogados Trabalhistas de São Paulo, Lívio Enescu também recebeu a Comenda. Durante a cerimônia, a presidente da ABRAT, Sílvia Lopes Burmeister ainda recebeu a Medalha da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte concedida pelo vereador Joel Moreira a pedido da OAB/MG.



Pernambuco



A presidente Sílvia Lopes Burmeister, juntamente com o 2º presidente da Associação de Advogados Trabalhistas de Pernambuco (AATP), José Hugo dos Santos receberam a medalha Geraldo Azoubel. A honraria é concedida anualmente pela AATP.

Bahia



A Associação Bahiana de Advogados Trabalhistas inaugurou a foto do ex-presidente Eleil Teixeira, biênio 2013/2014, na galeria de ex-presidentes da Entidade.

Mato Grosso



A Associação de Advogados Trabalhistas de Mato Grosso promoveu um café da manhã, tipicamente cuiabano, com a presença da presidente da ABRAT, Sílvia Lopes Burmeister. O evento contou com a presença de 100 advogados, servidores do TRT e 2 desembargadores do TRT 23, Tarcisio Regis Valente e Maria Beatriz Theodoro, esta que tomou posse, no último dia 03, como presidente do TRT 23.

Minas Gerais



A Associação Mineira de Advogados Trabalhistas foi uma das Entidades apoiadoras no Estado do I Congresso Mi-

neiro sobre os Impactos do Novo CPC no Judiciário. O evento foi coodenado pela Amatra 3 e Escola Judicial do TRT da 3ª Região.

Paraná



A ex-presidente da Associação de Advogados Trabalhistas, Miriam Klahold teve inaugurada sua foto na galeria de ex-presidente da Entidade. Durante a cerimônia, ocorreu ainda o lançamento da 4ª edição da Revista da AATPR.

Pernambuco



A ABRAT e AATP em reunião com o Comando da Polícia Militar do Estado de Pernambuco para reforçar o pedido de segurança na área das Varas do Trabalho do Recife - Justiça do Trabalho de Jaboatão e região circunvizinha. A advocacia e a sociedade vêm sendo vítimas de agressões, assaltos, arrombamentos de carros, assédio dos "flanelinhas", entre outras espécies de violência. É urgente a adoção de medidas eficazes no sentido de garantir a segurança da advocacia e dos jurisdicionados. Segundo a presidente da AATP, Patrícia Carvalho, a presença da presidente da ABRAT fortalece nossa ação e demonstra apoio nacional aos problemas enfrentados pelos trabalhadores do estado de Pernambuco.

Varas do Trabalho



Ainda em Pernambuco, Sílvia Lopes Burmeister visitou as instalações das Varas do Trabalho do Recife situadas no Fórum Trabalhista de Jaboatão e Central de Execução. "A luta por condições dignas de trabalho para a advocacia trabalhista Pernambucana ganhou o reforço da ABRAT", afirma Patrícia Carvalho.

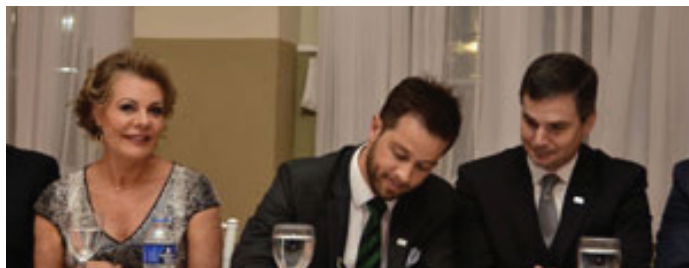
Em entrevista foi relatada as difíceis condições de trabalho nas instalações das Varas do Trabalho do Recife, a dificuldade de andamento dos processos, principalmente na Central de Execução, onde encontra-se jogados 29.000 mil processos físicos, com andamento regular em apenas 10% deste total. Destacou-se também a necessidade urgente de reforço na segurança da aérea circunvizinha da Justiça do Trabalho Jaboatão. E a falta de dialogo com o TRT6.

Piauí



O presidente da Associação de Advogados Trabalhistas do Piauí, Eurípedes Pereira foi reeleito para comandar a Entidade par ao biênio 2015/2017.

Rio Grande do Sul



O advogado Eduardo Caringi Raupp foi empossado presidente da Associação Gaúcha de Advogados Trabalhistas (Agetra) para o biênio 2015/2017.

A cerimônia realizada no Club Centenário Leopoldina Juvenil contou com a presença de vários colegas , desembargadores e juizes, além dos diretores da ABRAT pela sua presidente Sílvia Burmeister, Gustavo Juchem, Antonio Vicente Martins, e o conselheiro Eugênio Haizenreder Júnior.



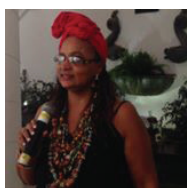
Presidente da Associação Brasileira de Advogados ... - NE10
blogs.ne10.uol.com.br/.../presidente-da-associação-brasileira-de-advogad...

•
17 de nov de 2015 - Por Sílvia Burmeister, atual presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas. A atual presidente e os ex-presidentes da ...

MPs trabalhistas criam brecha jurídica - Fortes Contabilidade
www.fortescontabilidade.com.br/component/lerwebservice/?view...

•
... benefício nesse curto período em que a MP teve sua eficácia", diz a presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, Sílvia Lopes Burmeister.

ABRAT NO facebook



Araçari Baptista compartilhou a foto de Isabel Helena Meira Marinho.

7 h •

Neste dia da ADOGADA faço homenagem a todas guerreiras, competentes, brilhantes, queridas, dedicadas, mulheres que ousam desafiar e companheiras colegas de todo o Brasil na pessoa da presidente da ABRAT - Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas - Silvia Lopes Burmeister!!!!parabéns!!!!



Lívio Enescu No dia 13 de novembro estarei na Cidade de Belo Horizonte para receber a Comenda Professor José Cabral , em festa a ser realizada no Automóvel Clube da mesma cidade, ofertada pela Associação Mineira dos

Advogados Trabalhistas, presidida pela querida Dra. Isabel Dorado. Confesso que estou extremamente honrado com tal distinção e muito feliz com o meu retorno para Minas Gerais para encontrar além da Combativa Presidente, as amigas : Dras. Cassia, Ellen e Gláucia e os meus Colegas Advogados Trabalhistas. Feliz é pouco para expressar a minha alegria nesse momento.

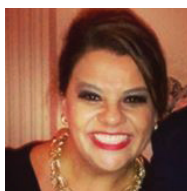


Valena Jacob Mesquita

9 de dezembro às 22:53 •

Mais um golpe! Não podemos admitir a aprovação do PLS 432/2013 que acaba com o conceito do crime de redução a condição análoga à de escravo! Retrocesso social! A sociedade brasileira não

pode permitir isso! -



Luciana Barcellos Slosbergas com Maria Cristina Carrion Vidal de Oliveira e outras 5 pessoas.

24 de novembro às 16:42 • Indaiatuba •

A Secretaria de Direitos Humanos, do Ministério das Mulheres, da Igualdade

Racial e dos Direitos Humanos divulgou, ontem, os dezoito vencedores da 21ª Edição do Prêmio. O Prêmio Direitos Humanos é a mais alta condecoração do governo brasileiro a pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvam ações de destaque na área dos Direitos Humanos. A premiação é um importante elemento de Educação em Direitos Humanos pela sua capacidade de colaborar para a construção de uma cultura de paz na sociedade. Este ano a ABRAT concorreu em duas categorias, a de Combate ao Trabalho Escravo e Autonomia das Mulheres! Não foi desta vez, mas continuaremos a nossa luta em defesa dos direitos das minorias!!!

Confirmam os agraciados:

<http://www.sdh.gov.br/.../anunciados-os-vencedores-da-21a-edi...>

CurtirComentarCompartilhar

*Que as luzes do novo ano brilhem
e tragam a todos os novos desafios,
novos projetos e muito sucesso.*

Tenha um ótimo 2016!

ABRAT

Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas

www.abrat.adv.br



————— RECESSO —————
Informamos que nosso recesso será de
20/12/2015 até 10/01/2016.

SEDE - SAS, Quadra 05, Lote 02, Bloco N, 1º andar
Centro Cultural Evandro Lins e Silva
Brasília/DF - CEP: 70438-900
Telefone/Fax: (61) 2193-9702 / 2193-9614

facebook